

# Dados econômicos positivos aliviam tensão e Ibovespa sobe apoiado em commodities

Uma bateria de indicadores econômicos positivos no Brasil e no exterior fez o investidor tirar momentaneamente de foco temores com a escalada global dos preços de energia, além de receios com China e Estados Unidos, permitindo um respiro do Ibovespa uma dia após ter atingido a segunda pior marca em 2021.

Fortalecido em particular por ações ligadas a commodities, o Ibovespa subiu 0,89%, a 111.106,83 pontos. Mas passará longe de evitar na quinta-feira o terceiro mês seguido no vermelho. O índice acumula baixa de 6,46% em setembro. O giro financeiro da sessão foi de 30,6 bilhões de reais.

A chinesa Evergrande anunciou a venda de cerca de 20% no Shengjing Bank para



captar 1,55 bilhão de dólares e reduziu o temor de crise imobiliária no país, o que por sua vez permitiu a recuperação de ações de exportadoras de commodities para aque-

le mercado, como empresas brasileiras de metais.

Na zona do euro, o sentimento econômico subiu em setembro, após uma queda em agosto.

Simultaneamente, a queda nos rendimentos dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos também deu estímulo para busca de ativos de maior risco, após o

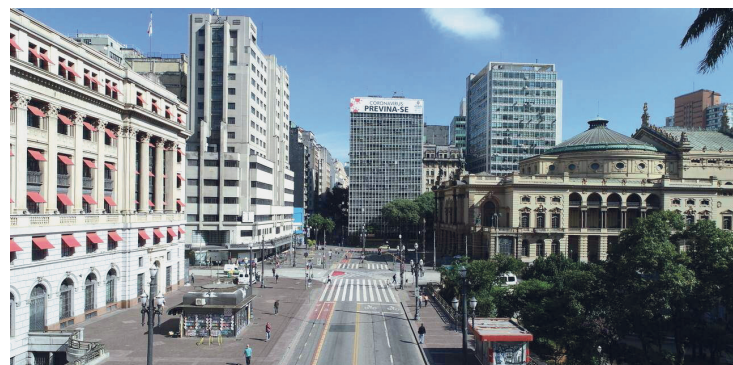
presidente do Fed da Filadélfia, Patrick Harker, dizer que não espera aumentos de juros no país antes do fim de 2022 ou começo de 2023.

“A queda dos rendimentos dos Treasuries elevaram o apetite por risco pelo mundo e também ajudou na bolsa brasileira”, afirmou o analista da Clear Corretora Rafael Ribeiro, em nota.

E o Brasil trouxe dados econômicos melhores que o esperado, como a abertura de 372.265 vagas de trabalho em agosto, maior resultado do mês da série iniciada em 2010. E o setor público do país contrariou expectativas e teve superávit primário de 16,7 bilhões de reais em agosto, recorde para o mês.

*IstoéDinheiro*

## Economia



**São Paulo tem o maior volume de dívida garantida pela União**

*Página - 03*

**Inflação do aluguel registra queda de 0,64% em setembro**

*Página - 03*



**Petróleo fecha em queda, pressionado por dólar forte e aumento de estoques**

*Página - 07*

**Confiança do setor de serviços recua após cinco altas, diz FGV**

*Página - 05*

## Política

**Dívida pública cai pelo sexto mês em relação ao PIB e vai a 82,7% em agosto**

*Página - 04*

**Luciano Hang depõe à CPI da Pandemia e diz que não é negacionista**

*Página - 04*





## No Mundo

### China apresenta novas armas e provoca os EUA durante show aéreo



A China apresentou novas capacidades aéreas e aproveitou para provocar os Estados Unidos, seu rival estratégico na chamada Guerra Fria 2.0.

“Só posso dizer que, se eles não estão assustados [com a tecnologia militar chinesa], vamos nos encontrar no céu”, afirmou o comandante-adjunto da Força Aérea da China, Wang Wei.

Ele respondeu a uma questão sobre a fala de Frank Kendall, o secretário da Força Aérea dos EUA, que disse recentemente que os EUA precisavam manter sua liderança tecnológica para manter a “China assustada”.

A fala do chinês ocorreu

nesta quarta (29), durante o Airshow China 2021, o principal evento do setor aeroespacial do país —ele é bienal, mas foi adiado do ano passado para cá devido à pandemia, e é realizado em Zhuhai.

A ditadura fez uma demonstração importante de avanço militar no evento, que é uma vitrine para um setor tratado com alto grau de sigilo no país.

Foram apresentados voos da nova versão do Chengdu J-20, o caça furtivo ao radar que é o mais avançado avião chinês, com motores produzidos no país.

O J-20 usava turbinas AL-31FN russas, que são de uma geração anterior e enfrentavam crítica por dar

potência inferior ao peso e à dimensão da aeronave. Naturalmente, não foi possível aferir de forma independente o anúncio chinês.

Até hoje, foram construídos cerca de 150 unidades do modelo, que serão a linha de frente da defesa do país na região do Indo-Pacífico. Alguns analistas questionam sua qualificação de ser da chamada quinta geração, como os americanos F-22 e F-35 —dúvida semelhante afeta o russo Su-57. Os chineses também apresentaram uma versão para guerra eletrônica, equipada com “pods” para uso de ondas eletromagnéticas visando atrapalhar as capacidades adversárias, do caça J-16.

Igor Gielow/Folhapress

### Reino Unido mobiliza Exército para evitar escassez de gasolina em postos



O governo do primeiro-ministro Boris Johnson colocou centenas de soldados do Exército de sobreaviso nesta segunda-feira, 27, para agir, caso a escassez de gasolina nos postos do país causada pelas chamadas “compras nervosas” de combustível agravem a crise de abastecimento que atinge o Reino Unido. Dois de cada três postos já estão parados, segundo a associação dos revendedores locais.

Na semana passada, o apelo do governo para que os consumidores evitem os pos-

### Coreia do Norte diz ter testado novo míssil hipersônico

O míssil disparado a partir da costa leste da Coreia do Norte, nessa terça-feira (28), foi um novo míssil hipersônico desenvolvido recentemente pelo país, anunciou a agência estatal norte-coreana KCNA.

A Coreia do Norte disparou o míssil em direção ao mar a partir de sua costa leste, afirmaram as forças militares da Coreia do Sul, depois que o governo norte-coreano pediu que os Estados Unidos parem com seus “padrões duplos” sobre programas armamentistas, para que as negociações diplomáticas possam ser retomadas.

O desenvolvimento do sistema de armas aumenta a capacidade defensiva da Coreia do Norte, disse a KCNA.

O líder norte-coreano, Kim Jong Un, não inspecionou o lançamento, de acordo

com a reportagem.

“No primeiro lançamento-teste, os cientistas de Defesa Nacional confirmaram o controle de navegação e a estabilidade do míssil na seção ativa”, informou a agência.

A KCNA disse ainda que o míssil, chamado Hwasong-8, performou de acordo com suas especificações técnicas, “incluindo a manobrabilidade e as características de voo planador da ogiva hipersônica desanexada”.

Tanto a Coreia do Norte quanto a Coreia do Sul fizeram testes de mísseis balísticos no dia 15 de setembro, no último episódio de uma corrida armamentista na qual os dois países desenvolveram armas cada vez mais sofisticadas, enquanto as iniciativas de negociações para diminuir as tensões se mostram infrutíferas.

Reuters/ABR



tos — diante de uma escassez de caminhoneiros que dificulta a logística de distribuição de bens de consumo — teve efeito contrário. Os britânicos correram para as estações de serviço, e BP e Shell tiveram de fechar estações. Durante o fim de semana, houve registro até mesmo de brigas em alguns postos.

O governo determinou que o Exército pode ser acionado para distribuir combustível em locais prioritários. Sindicatos de caminhoneiros pediram que os serviços de distribuição tenham primazia,

já que supermercados tiveram episódios de desabastecimento nas últimas semanas.

Isso ocorre porque em consequência do Brexit e da pandemia de covid-19 mais de 100 mil motoristas de caminhão, a maioria do Leste Europeu deixaram o país. Com as novas regras migratórias e o coronavírus, muitos preferiram voltar para o continente. A mão de obra local não consegue suprir essa demanda, como alertaram diversos opositores do Brexit durante a campanha para o referendo de 2016.

Estado SP

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200  
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000  
Tel.: 11 3361-8833  
E-mail: comercial@datamercantil.com.br  
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo  
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

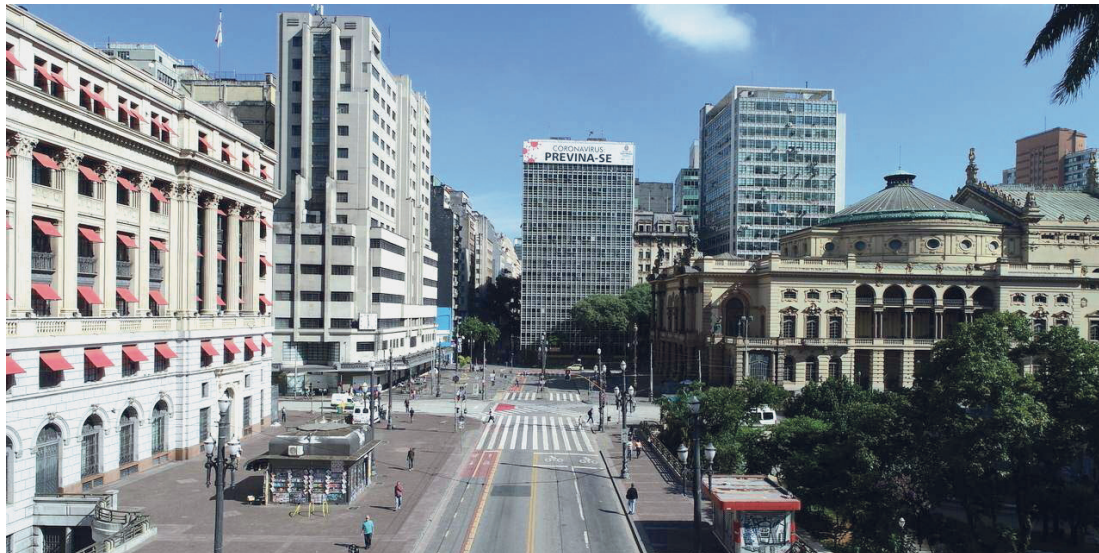
Rodagem: Diária

Fazemos parte da





## São Paulo tem o maior volume de dívida garantida pela União



O estado de São Paulo é a unidade da Federação com maior saldo devedor garantido pela União. Segundo relatório divulgado ontem (29) pelo Tesouro Nacional, o governo paulista tem R\$ 39,19 bilhões em operações de crédito garantidas pela União, que podem ser cobertas pelo Tesouro caso o estado não pague os financiamentos.

De acordo com o Relatório Quadrimestral de Operações de Crédito Garantidas, do segundo quadrimestre, o saldo total devedor das garantias concedidas a operações de crédito é de R\$ 290,28 bilhões.

As garantias representam os ativos oferecidos pelo Tesouro Nacional para cobrir

eventuais calotes em empréstimos e financiamentos dos estados, municípios e outras entidades com bancos nacionais ou instituições estrangeiras, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Tesouro compensa os calotes, mas desconta o valor coberto com bloqueios dos repasses dos fundos de Participação dos Estados e Municípios, além de impedir novos financiamentos.

Sozinho, São Paulo detém a maior parte do saldo devedor garantido pelo Tesouro, 13,5%. Em seguida vêm o Rio de Janeiro, com R\$ 36,46 bilhões (12,6%); Minas Gerais, com R\$ 24,63 bilhões (8,5%); Bahia, com R\$ 16,46 bilhões (5,7%); Ceará, com R\$ 14,63 bilhões (5%); Rio

Grande do Sul, com R\$ 11,57 bilhões (4%); Pernambuco, com R\$ 10,51 bilhões (3,6%); e demais estados, com R\$ 70,82 bilhões (24,4%).

As garantias às operações de crédito são concedidas pela União aos entes federados e também às entidades da administração indireta das três esferas de governo. De acordo com o Tesouro, os estados concentram 77,3% dessas operações garantidas, com saldo devedor de R\$ 224,29 bilhões. Em seguida estão os municípios e os bancos federais, com 9,5% (R\$ 27,53 bilhões) e 7,7% (R\$ 22,21 bilhões), respectivamente, do saldo devedor. As entidades controladas detêm 3,2% (R\$ 9,21 bilhões) e as estatais federais, 2,4% (R\$ 7,03 bilhões). Andréia Verdélio/ABR

## Brasil cria 2,2 milhões de empregos com carteira assinada em 2021

O país registrou a abertura de 372,2 mil vagas de emprego com carteira assinada em agosto, segundo dados divulgados nesta quarta-feira (29) pelo Ministério do Trabalho e Previdência. No acumulado do ano, são 2,2 milhões de postos criados.

O saldo no mês é resultado de cerca de 1,8 milhão de contratações e 1,4 milhão de desligamentos no mês, de acordo com os números mensais apresentados pelo ministério por meio do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

O saldo positivo em agosto foi influenciado principalmente pelo setor de serviços (que abriu 180,6 mil vagas), que tem sido beneficiado pela vacinação e pela reabertura das atividades. O setor é se-

guido por Comércio (77,7 mil), Indústria (72,6 mil), Construção (32 mil) e Agropecuária (9,2 mil).

A abertura de vagas no mês continua a sequência de resultados positivos no mercado de trabalho formal.

Em janeiro foram criados 261,1 mil novos contratos e em fevereiro, 397,3 mil. A partir de março, com a alta no número de casos e de mortes de Covid-19, o resultado foi menor. Foram 175,6 mil novos postos de trabalho em março, seguidos de 116,2 mil em abril, e 275,7 mil em maio.

Junho, que teve abertura de 302,3 mil vagas e julho, com 303,2 mil, continuam a tendência de alta. Os dados do ano têm ajuste (ou seja, consideram dados apresentados fora do prazo pelas empresas).

Fábio Pupo/Folhapress



## Inflação do aluguel registra queda de 0,64% em setembro



A queda no preço do minério de ferro levou a uma retração no IGP-M (Índice Geral de Preços - Mercado) em setembro. É a primeira vez, desde fevereiro de 2020, que o IGP-M tem resultado negativo. Em agosto, o índice já havia desacelerado seu crescimento, com alta de 0,66%, ante 0,78% em julho.

A queda em setembro faz com que o acumulado do IGP-M nos últimos 12 meses, o valor adotado como referência para o reajuste dos contratos de locação, recue para 24,86%. Esse acumulado estava em 31,12% em agosto, após ter atingido um pico de 37,04% em maio deste ano.

Ainda assim, o valor é alto e pesa nos reajustes de contratos de locação, o que

tem motivado a troca do índice pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), na hora de renovar os contratos. Em agosto, o IPCA apresentou acumulado de 8,99%. O valor referente a setembro ainda não foi divulgado.

O IGP-M é composto por três índices, IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e INCC (Índice Nacional de Custo da Construção). O IPA tem o maior peso no cálculo do índice, de 60%, e capta a variação nos preços de matérias-primas. É por isso que a queda no valor do minério de ferro tem impacto tão grande sobre o IGP-M.

O IPA foi o único indicador a apresentar queda no mês, de 1,21%, refletindo a

retração no preço do minério de ferro.

“A queda de 21,74% registrada no preço desta commodity foi a principal contribuição para o resultado do índice. Sem o minério de ferro, o IGP-M teria registrado alta de 2,37% em agosto e de 1,21% em setembro”, afirma André Braz, coordenador dos índices de preços no Ibr/FGV.

O IPC responde por 30% do índice do aluguel e teve alta de 1,19% em setembro, contra 0,75% em agosto. O principal aumento veio dos gastos com habitação, com destaque para o componente que pesa a tarifa de eletricidade residencial, que subiu de 3,26% em agosto para 5,75% em setembro.

Ana Luiza Tieghi/Folhapress



## Política

### Dívida pública cai pelo sexto mês em relação ao PIB e vai a 82,7% em agosto



A dívida bruta do governo foi a 82,7% do PIB em agosto, redução de 0,4 ponto percentual em relação ao mês anterior. Os dados foram divulgados pelo BC nesta quarta-feira (29).

Esta é a sexta queda consecutiva do endividamento do país em relação ao PIB. O percentual é o menor desde maio de 2020.

De acordo com a autoridade, o resultado se deu principalmente por causa do aumento da atividade econômica no período, que contribuiu em 1 ponto percentual.

Na comparação anual, houve redução de 6,2 pontos percentuais na dívida bruta.

De acordo com o chefe do departamento de estatísticas do BC, Fernando Rocha,

parte dessa melhora do PIB se deve à inflação. O dado é corrigido por um índice próprio.

“Não tenho como separar o que seria aumento do PIB de fato e o que seria efeito do deflator, mas uma parte se deve à inflação”, afirmou.

No total, a dívida bruta somou R\$ 6,84 trilhões em agosto. Se for considerado o valor em reais, a dívida manteve trajetória de crescimento nos últimos meses. Em julho, o montante somava R\$ 6,79 trilhões e R\$ 6,72 trilhões em junho.

A comparação é feita em relação ao PIB para mostrar se a dívida do governo é sustentável.

O endividamento registrou crescimentos expressivos por mês desde o início da pandemia de Covid-19.

Depois da chegada do vírus ao país, o governo teve de gastar mais em programas emergenciais, como o auxílio emergencial e linhas de crédito para empresas.

Em fevereiro deste ano, a dívida alcançou 89,36% do PIB, maior percentual da série histórica iniciada em 2006. No mesmo mês de 2020, último antes dos impactos da crise sanitária, a dívida estava em 75,16%.

A partir de março, contudo, o endividamento -em relação ao PIB- começou a cair.

Segundo expectativas do mercado coletadas pelo BC, os economistas consultados projetam que a dívida encerre o ano em 82,05% do PIB e volte a crescer nos anos seguintes, chegando a 85% em 2025.

Larissa Garcia/Folhapress

### Luciano Hang depõe à CPI da Pandemia e diz que não é negacionista

Em uma sessão tumultuada e marcada por muito bate-boca, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia do Senado ouviu nesta quarta-feira (29) o empresário Luciano Hang. Em sua fala inicial, ele rechaçou o rótulo de negacionista.

“Não sou negacionista. Nunca neguei ou duvidei da doença [covid-19]. Tanto que minhas ações não ficaram só no discurso. Mandeí 200 cilindros de oxigênio para Manaus, no valor de R\$ 1 milhão. Respiradores, máscaras, camas, utensílios. Não sou nem nunca fui contra vacina. Tanto que disponibilizei todos os nossos estacionamentos como pontos de vacinação. Além disso, juntamente com outros empresários, fizemos campanha para que a iniciativa privada pudesse comprar [vacinas] para doar e ajudar o país a acelerar o processo de imunização”, afirmou.

Aos senadores, o empresário disse ainda que é “acusado sem provas e perseguido” por expressar opiniões. Hang acrescentou que não conhece e não faz parte de um suposto gabinete paralelo – formado por pessoas que teriam aconselhado o presidente Jair Bolsonaro durante a pandemia – e negou ter financiado esquemas de fake news.

Ainda em sua fala inicial, o depoente, investigado por disseminar notícias falsas, disse que deseja apenas exercer seu direito de “liberdade de expressão”. “O que eu peço pro Senado é que me deixem falar. Hoje eu vim aqui com tempo, a minha agenda está aberta aos senadores. Mas também quero tempo para poder dar a minha resposta. Talvez hoje seja o melhor dia da CPI. Vamos manter a nossa fala tranquila. Quem tem argumentos não precisa aumentar a voz”, ressaltou.

Karine Mello/ABR



### ‘PAC do Doria’ é ampliado para R\$ 50 bi de olho na disputa para 2022



O governo João Doria (PSDB) ampliou o pacote de investimentos do estado de São Paulo previsto até o fim de 2022 para R\$ 50 bilhões, um recorde na história recente.

O número redondo, acima dos R\$ 47,5 bilhões previstos anteriormente, servirá como argumento na disputa interna que o governador trava no PSDB contra o gaúcho Eduardo Leite nas prévias que decidirão o candidato do partido ao Planalto.

Além disso, o valor, incluído no apelidado “PAC do Doria”, o programa Pró-SP, servirá como um dos pilares da prevista campanha do atual vice do tucano, Rodrigo Garcia (PSDB), ao Palácio dos Bandeirantes no ano que vem.

Pelo plano de Doria, Garcia assume seu lugar em abril, quando o governador quer deixar o cargo para iniciar a disputa pela vaga hoje presumida de Jair Bolsonaro (sem partido) no segundo turno com Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a ser mantido o cenário aferido hoje em pesquisas.

O vice foi nomeado gerente do Pró-SP, assim como a desconhecida Dilma Rousseff (Casa Civil) assumiu o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) em 2007, de olho na eleição que venceria em 2010 para suceder a Lula.

Garcia irá anunciar os detalhes da proposta orçamentária estadual, que será enviada nesta quinta (30) para a Assembleia Legislativa paulista.

O número mágico foi atingido na rubrica de investimentos do documento: se-

irão R\$ 27,5 bilhões, ante R\$ 25 bilhões previstos antes.

De 2015 a 2017, São Paulo teve investimentos de R\$ 16,9 a R\$ 18,5 bilhões, caindo em 2018 para R\$ 13,7 bilhões. Isso tudo refletiu os efeitos da crise econômica terminal do governo Dilma.

Em 2019, Doria e Garcia assumiram acusando o que chamam de herança maldita de Márcio França (PSB), o vice de Geraldo Alckmin (PSDB) que assumiu o governo e tentou a reeleição. Tanto ele como o tucano, que disputou a Presidência, fracassaram.

Os investimentos caíram a R\$ 11,8 bilhões em 2019. A pandemia afetou a arrecadação estadual no ano seguinte, e no número permaneceu estável, em R\$ 12,4 bilhões).

Igor Gielow/Folhapress







## Publicidade Legal

## DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$ 5,4167 / R\$ 5,4173 \*\*

Câmbio livre mercado - R\$ 5,4280 / R\$ 5,4300 \*

Turismo - R\$ 5,2700 / R\$ 5,5970

(\*) cotação média do mercado

(\*\*) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado no dia: 0,07%

## OURO BM&amp;F

R\$ 297,000

## BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,89%

Pontos: 111.106

Volume financeiro:

R\$ 30,748 bilhões

Majores altas: Braskem

PN (9,06%), JBS ON

(6,22%), Usiminas PN

(6,15%)

Majores baixas: Banco

Inter PN (-3,70%), Banco

Inter UNT (-2,84%),

WEG ON(-1,97%)

S&amp;P 500 (Nova York):

0,16%

Dow Jones (Nova York):

0,26%

Nasdaq (Nova York):

-0,24%

CAC 40 (Paris): 0,83%

Dax 30 (Frankfurt):

0,77%

Financial 100 (Londres):

1,14%

Nikkei 225 (Tóquio):

-2,12%

Hang Seng (Hong Kong):

0,67%

Shanghai Composite

(Xangai): -1,83%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -1,02%

Merval (Buenos Aires):

1,03%

IPC (México): 0,31%

## ÍNDICES DE

## INFLAÇÃO

## IPCA/IBGE

Agosto 2021: 0,87%

## Ceepower Brazil Holding Ltda.

CNPJ/ME nº 23.397.465/0001-23 – NIRE 35.229.808.238

## Ata de Reunião de Sócios realizada em 31 de agosto de 2021

Pelo presente instrumento: I. **Cenergy Investment Holding Co. Ltd.**, CNPJ/ME nº 23.938.007/0001-54, neste ato representada por seu procurador, **Tongzhi Wang**, RNE nº 6372550-N, CPF/ME nº 238.869.508-24, ("Cenergy Holding"); e II. **Tongzhi Wang**, acima qualificado ("Tongzhi"). Únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **Ceepower Brazil Holding Ltda.**, com sede na Alameda Araguaia, 2.190, 16º andar, sala 1.602, Alphaville Industrial, Barueri-SP, ("Sociedade").

**1. Redução do Capital Social da Sociedade:** Após discussão acerca da redução do capital social da Sociedade, os sócios resolveram por unanimidade, e sem quaisquer restrições e/ou ressalvas: **1.1. Aprovar**, a redução do capital social da Sociedade, por ser considerado excessivo em relação ao seu objeto social, de R\$ 30.000.000,00 para R\$ 1.000,00, uma redução, portanto, de R\$ 29.999.000,00, mediante o cancelamento de 29.999.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, representativas do capital social da Sociedade de titularidade dos sócios **Cenergy Holding** e **Tongzhi**, ambos acima qualificados. **1.1.1.** Tendo em vista a redução aprovada acima, e sujeito ao prazo mencionado no item 1.1.3 abaixo, a Sociedade pagará à sócia **Cenergy Holding** o valor total de R\$ 4.240.978,00, referentes às 4.240.978 quotas por ela integralizadas e que são partes da redução ora deliberada. **1.1.2.** As 29.998.999 quotas, detidas pela sócia **Cenergy Holding**, bem como a única quota, detida pelo sócio **Tongzhi**, todos objetos da redução ora deliberada, serão canceladas após o decorrer do prazo de que trata o item 1.1.3 abaixo. Sendo assim, o capital social da Sociedade passará a ser composto por 1.000 quotas, subscritas e não integralizadas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada, integralmente detidas pela sócia **Cenergy Holding**. **1.1.3.** A Sociedade guardará o prazo de 90 dias, contados da publicação da presente ata, para a efetivação da redução do capital social ora deliberada, sendo que o pagamento do respectivo valor total das 4.240.978 quotas integralizadas à sócia **Cenergy Holding** poderá ser efetivado por meio de uma ou mais parcelas, mediante transferência eletrônica de fundos imediatamente disponíveis. A presente redução do capital social da Sociedade, caso não haja oposição de credor quirográfico, será homologada por meio da respectiva alteração do Contrato Social da Sociedade, a qual deverá ser averbada no Registro Público de Empresas Mercantis. **1.1.4.** Tendo em vista o cancelamento de sua única quota, após o decorrer do prazo de que trata o item 1.1.3 acima a redução de capital social por meio da respectiva alteração do Contrato Social da Sociedade, o sócio **Tongzhi** retirará-se da Sociedade. **1.2. Autorizar** o administrador da Sociedade a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários para a efetivação e formalização das deliberações aprovadas no item 1.1, incluindo aqueles concernentes às publicações desta ata e averbações nos registros públicos competentes, conforme previstos em lei. Nada mais havendo para tratar, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata. Barueri, 31/08/2021. Assinaturas: Cenergy Investment Holding Co. Ltd., p.p. Tongzhi Wang; Tongzhi Wang.

## Progen Projetos Gerenciamento e Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 57.748.204/0001-22 – NIRE 35.300.461.240

## Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de agosto de 2020

**1. Hora, data e local:** As 14 horas do dia 31/08/2020, na sede social da Companhia, no Largo do Arouche, 24, 3º, 4º, 5º, 6º andares, na cidade e estado de São Paulo. **2. Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação pela presença da totalidade dos acionistas da Companhia. **3. Presença:** Presentes acionistas titulares de ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas. **4. Mesa:** Eduardo Machado Barella – Presidente e Ricardo Machado Barella – Secretário. **5. Lavratura:** Fica aprovada, pelos presentes, a lavratura desta ata na forma sumária, de acordo com o disposto no § 1º, do Artigo 130, da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. **6. Ordens do Dia:** A Assembleia Geral Ordinária terá por objeto a deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir bem como deliberar sobre as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019; (ii) deliberar sobre a destinação dos resultados referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2019; (iii) deliberar sobre a fixação do montante global anual da remuneração dos administradores da Companhia, para o exercício de 2020, em até R\$ 3.136.975,40; (iv) deliberar sobre a proposta de orçamento de capital para o exercício de 2020; (v) deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração para o próximo período, para posse e início do mandato imediatos. **7. Deliberações:** Os acionistas, por unanimidade de votos, debateram e deliberaram: (i) Aprovar, depois de examinados, analisadas e discutidas, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração, as Contas da Diretoria, acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2019, feita a reserva, por meio de declaração de voto apartada, pela acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR; (ii) Aprovar, sem quaisquer ressalvas, que o lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2019, no montante de R\$ 7.953.414,14, obedecendo a disposição contida no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, terá a seguinte destinação: (a) R\$ 397.671,71 para a constituição da reserva legal; (b) R\$ 1.133.362,51 destinado à conta da reserva estatutária denominado fundo de resgate das ações preferenciais de emissão da Companhia, (c) R\$ 1.888.926,86 será distribuído aos acionistas a título de dividendo mínimo obrigatório, na proporção detida por cada um no capital social da Companhia; e (d) R\$ 4.533.446,06 destinado ao Fundo de Reserva de Retenção de Lucro, para distribuição ou destinação, conforme deliberação dos acionistas da Companhia. (iii) Aprovar, sem quaisquer ressalvas, e fixar em até R\$ 3.136.975,40 o montante da remuneração global anual dos administradores da Companhia, para o exercício de 2020, já incluídos todos os benefícios e verbas de representação, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/76, que será dividida da seguinte forma: (a) R\$ 307.500,00 destinados ao Conselho de Administração da Companhia; (b) R\$ 1.651.978,40 destinados à remuneração fixa da Diretoria, e (c) R\$ 1.177.497,00 destinados à remuneração variável da Diretoria. A individualização da remuneração, ora aprovada, caberá ao Conselho de Administração. (iv) Aprovar, sem quaisquer ressalvas, o orçamento de capital para o exercício de 2020, conforme a proposta da Administração da Companhia apresentado nesta Assembleia e que constituirá o Anexo I à presente Ata, pelo valor de R\$ 4.533.446,06, o qual é proveniente do Fundo de Reserva de Retenção de Lucro e que, conforme deliberação dos acionistas, o orçamento de capital ora aprovado será utilizado como reforço do capital de giro da Companhia. Os acionistas com direito de voto sobre o tema, em observância à cláusula 5.2.3 do acordo de acionistas arquivado na Companhia, Eduardo Machado Barella, Ricardo Machado Barella e Camila Machado Barella, por unanimidade de votos, debateram e deliberaram: (v) Aprovar, sem quaisquer ressalvas, registrada a abstenção da acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR, a eleição dos seguintes membros do Conselho de Administração: (a) José Ricardo Ramalho Barella, CREA/SP sob nº 109.576-D, RG nº 6.769.735 SSP/SP e CPF/MF nº 001.932.398-09, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Sociedade; (b) Eduardo Silva Leonardi, RG nº 7.264.504 IGP-SC e CPF/MF nº 220.087.238-01; (c) Rafael Carneiro Bastos de Carvalho, RG nº 44001096 SSP/SP e CPF/MF nº 223.386.228-71; e (d) André Macedo Pezeta, RG nº 27599904X, CPF nº 306.883.178-47; todos com mandato de 02 anos ou até nova eleição dos membros do Conselho de Administração, inicialmente prevista para ocorrer na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada durante o exercício de 2022, o que ocorrer primeiro; com início imediato e em substituição aos mandatos ora vigentes; e investidos no cargo mediante a assinatura do termo de posse no livro próprio, oportunidade em que farão a declaração de desimpedimento prevista em lei. **8. Manifestações, Votos Contrários e Protestos:** Foi recebida pela Mesa e arquivada na sede da Companhia a manifestação de voto em apartado, por escrito, da acionista BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, aprovada e assinada pela totalidade dos Acionistas da Companhia. **10. Presentes:** Mesa: Eduardo Machado Barella, Presidente; Ricardo Machado Barella, Secretário. Acionistas: Ricardo Machado Barella; Eduardo Machado Barella; Camila Machado Barella; e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR p.p. São Paulo/SP, 31/08/2020. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 358.423/21-1 em 28/07/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Stan Pedroso Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 29.106.539/0001-01 – NIRE 35.235.127.972

## Ata de Reunião de Sócios realizada em 27 de setembro de 2021

**Data, Hora e Local:** Ao 27/09/2021, às dez horas, na sede da Sociedade, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida das Nações Unidas, nº 11.541, Cobertura, Sala 30, Brooklin Novo, CEP 04578-000. **Composição da Mesa:** Presidente – Stefan Neuding Neto; Secretário – André Neuding Filho. **Publicações:** Dispensadas as publicações, tendo em vista a presença da totalidade dos sócios, conforme § 2º do artigo 1.072 do C.C. **Ordem do Dia:** Deliberar a respeito das seguintes matérias: (i) Análise da proposta de redução do capital social da Sociedade; (ii) aprovado o item (i) anterior, alterar a redação da Cláusula 5ª do Contrato Social da Sociedade; (iii) autorizar a administração a prática de atos pertinentes. **Deliberações:** Após a discussão das matérias, os sócios, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (i) aprovar a redução do capital social da Sociedade que, atualmente, é de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), para R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) da seguinte forma: (i.a) Cancelamento de 10.849.995 (dez milhões, oitocentos e quarenta nove mil, novecentos e noventa e cinco) quotas, no valor de R\$ 10.849.995,00 (dez milhões, oitocentos e quarenta nove mil, novecentos e noventa e cinco reais) que ainda não haviam sido integralizadas pelos sócios, pelo motivo de esse capital ser excessivo em relação ao objeto da sociedade, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, de 2002; e, (i.b) Cancelamento de 7.150.005 (sete milhões, cento e cinquenta mil e cinco) quotas, no valor de R\$ 7.150.005,00 (sete milhões, cento e cinquenta mil e cinco reais), anteriormente subscritas e integralizadas pelos sócios, mediante compensação parcial do prejuízo acumulado levantado na demonstração financeira de 31/08/2021, conforme autoriza o inciso I do artigo 1.082 do Código Civil. (i.c) O cancelamento de quotas dos itens anteriores é realizado em relação a cada sócio na proporção exata da participação de cada um no Capital Social da Sociedade. (ii) Ante a aprovação da redução acima, os sócios aprovaram a alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula Quinta. O capital social é de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de quotas, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, distribuídas entre os sócios da seguinte forma: **Sócio:** Stan; %: 20; **Quotas:** 3.000.000; **Valor:** R\$ 3.000.000,00. **Sócio:** VRE D3; %: 20; **Quotas:** 3.000.000; **Valor:** R\$ 3.000.000,00. **Sócio:** RB Capital; %: 20; **Quotas:** 3.000.000; **Valor:** R\$ 3.000.000,00. **Sócio:** SSEMPRE; %: 20; **Quotas:** 3.000.000; **Valor:** R\$ 3.000.000,00. **Sócio:** ROCONTEC; %: 20; **Quotas:** 3.000.000; **Valor:** R\$ 3.000.000,00. **% Total:** 100; **Total Quotas:** 15.000.000; **Valor Total:** R\$ 15.000.000,00. **Parágrafo Primeiro.** Nos termos dispostos na legislação em vigor, fica expressamente consignado que a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social (art. 1.052, CC/2002). **Parágrafo Segundo.** As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais. **Parágrafo Terceiro.** As sócias têm preferência para subscrição das quotas decorrentes de aumento do capital social, na proporção das quotas já possuídas anteriormente, sendo assegurado o exercício deste direito na data da aprovação do aumento de capital ou até 30 (trinta) dias após a deliberação do aumento. **Parágrafo Quarto.** No prazo acima estipulado, caso uma das sócias deixe de exercer seu direito de subscrição, tal direito ficará automaticamente transferido às demais sócias, na proporção da sua participação no capital. **Parágrafo Quinto.** É vedado aos sócios caucionar, de qualquer forma, penhorar ou onerar suas quotas de capital, no todo ou em parte, salvo em favor de outro sócio. **Parágrafo Sexto.** As quotas ou não poderão ser cedidas, transferidas ou alienadas a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, sem o consentimento das demais sócias, respeitado o direito de preferência previsto no Capítulo VI deste contrato e as disposições do Acordo de Sócios. (iii) por fim, fica autorizada a administração da Sociedade a efetuar todos os atos para a eficácia das deliberações ora aprovadas, inclusive as publicações legais exigidas para efetivação da redução de capital ora aprovada. **Encerramento e Aprovação da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão para que se lavrasse a presente ata, a qual reaberta a sessão, foi lida, achada conforme e por todos os presentes assinada em três vias de igual teor e forma. **Sócios presentes:** (a) Stan Empreendimentos e Participações Ltda.; (b) VR D3 S.A.; (c) RB Capital TFO Holding Empreendimentos Imobiliários Ltda.; (d) Ssemprê Empreendimentos Imobiliários Ltda.; e (e) Rocontec Construções e Incorporações Ltda. São Paulo, 27 de setembro de 2021. Assinaturas: Mesa: Stefan Neuding Neto – Presidente; André Neuding Filho – Secretário. Sócios: Stan Empreendimentos e Participações Ltda., P. André Victor Neuding; VR D3 S.A., P. Thiago Bellini Motta Leomil e Marcelo Rezende Rainho Teixeira; RB Capital TFO Holding Empreendimentos Imobiliários Ltda., p. Régis Dall'Agnes e Thiago Lopes Lima; Ssemprê Empreendimentos Imobiliários Ltda., p. Silvio Brotero de Castro Sandoval; Rocontec Construções e Incorporações Ltda., p. Mário Rocha Neto e Luis Fernando Ciniello Bueno.

## Fulwood S.A.

CNPJ/ME nº 17.943.792/0001-30 – NIRE 35.300.574.036

## Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada 30 de agosto de 2021

**1. Data, Hora e Local:** Em 30/08/2021, às 10:00 horas, por videoconferência, nos termos do artigo 14, parágrafo primeiro do Estatuto Social da Fulwood S.A. ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do artigo 13, parágrafo segundo do Estatuto Social da Companhia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Alberto Fernandes, Gilson Schilis, Fernando Pasmanik Schilis, Mariana Schilis Viotti, Ivone Pasmanik Schilis, Bernardo Parnes, e Ivan Luiz Murias dos Santos. **3. Composição da Mesa:** Presidente da Mesa: Alberto Fernandes; Secretária: Mariana Schilis Viotti. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a criação, a instalação e a definição das atribuições do Comitê de Auditoria, não estatutário, e com eficácia condicionada à realização da Oferta (conforme definido abaixo); (ii) a eleição dos membros do Comitê de Auditoria; (iii) a aprovação das atribuições da área de auditoria interna da Companhia, com eficácia condicionada à realização da Oferta; (iv) a aprovação e/ou atualização dos seguintes documentos de governança corporativa da Companhia, todos com eficácia condicionada à realização da Oferta (conforme definido abaixo), de modo a atender ao disposto no Regulamento de Listagem do Novo Mercado, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("Regulamento do Novo Mercado" e "B3", respectivamente): (a) Política de Divulgação de Atos ou Fato Relevante; (b) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária; (c) Política de Negociação de Valores Mobiliários; (d) Política de Remuneração; (e) Política para Transação com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse; (f) Política de Gerenciamento de Riscos; e (g) Código de Ética e Conduta; (v) a aprovação, com eficácia condicionada à realização da Oferta, dos seguintes regimentos internos: (a) Regimento Interno do Comitê de Auditoria; e (b) Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia; (vi) o conhecimento da renúncia de membros da diretoria da Companhia ("Diretoria"); (vii) a eleição de membros da Diretoria, incluindo, sem limitação, o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia; e (viii) a autorização para que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à execução das deliberações tomadas nesta reunião. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, após análise e discussão das matérias propostas, deliberaram, por unanimidade e sem quaisquer restrições: (i) a criação, a instalação e a definição das atribuições do Comitê de Auditoria, não estatutário, constante de seu respectivo regimento interno. Fica também aprovado que o Comitê de Auditoria da Companhia terá orçamento próprio destinado a cobrir suas despesas de funcionamento que, a critério do Conselho de Administração, foi considerado suficiente ao desempenho de suas funções; (ii) a eleição dos seguintes membros do Comitê de Auditoria da Companhia: (a) Olinda Silva, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11.057.178-7 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 916.084.908-82, para o cargo de Presidente do Comitê de Auditoria e membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela CVM que dispõe sobre o registro e o exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários e define os deveres e as responsabilidades dos administradores das entidades auditadas no relacionamento com os auditores independentes; (b) Bernardo Parnes, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.331.247-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 006.102.448-17, para o cargo de membro do Comitê de Auditoria da Companhia; e (c) Ricardo Gouveia Vitale, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.089.575-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 131.819.358-32, para o cargo de membro do Comitê de Auditoria da Companhia. O Comitê de Auditoria da Companhia fica composto pelos seguintes membros, todos com mandato unificado de 1 ano, podendo ser reeleitos, iniciando-se nesta data: (i) Olinda Silva, como Presidente do Comitê de Auditoria; (ii) Bernardo Parnes, como membro do Comitê de Auditoria; e (iii) Ricardo Gouveia Vitale, como membro do Comitê de Auditoria. (iii) aprovar as atribuições da área de auditoria interna, que, nos termos do artigo 23 do Regulamento do Novo Mercado, será responsável por: (a) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (b) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; (c) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. A área de auditoria interna deverá reportar suas atividades ao Comitê de Auditoria que, por sua vez, se reportará ao Conselho de Administração. Fica também aprovado que a área de auditoria interna terá orçamento próprio que, a critério do Conselho de Administração, foi considerado suficiente ao desempenho de suas funções. (iv) aprovar e/ou atualizar os seguintes documentos de governança corporativa da Companhia, de modo a atender ao disposto no Regulamento do Novo Mercado: (a) Política de Divulgação de Atos ou Fato Relevante; (b) Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, Comitês e Diretoria Estatutária; (c) Política de Negociação de Valores Mobiliários; (d) Política de Remuneração; (e) Política para Transação com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflitos de Interesse; (f) Política de Gerenciamento de Riscos; e (g) Código de Ética e Conduta, de acordo com a Instrução CVM 480 e com o Regulamento do Novo Mercado, respectivamente, ficando disponíveis, na sede da Companhia. As políticas aprovadas neste item somente terão eficácia a partir da concessão pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") do registro da oferta pública de ações da Companhia aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida nesta data ("Oferta") e da data da divulgação do anúncio de início da Oferta, com exceção da Política de Divulgação de Atos ou Fato Relevante, que terá eficácia condicionada à concessão pela CVM do registro de companhia aberta. (v) aprovar os seguintes regimentos internos da Companhia: (a) Regimento Interno do Comitê de Auditoria; e (b) Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, respectivamente. Os Regimentos Internos aprovados nesta data somente terão eficácia a partir da concessão pela CVM do registro da Oferta e da data da divulgação do anúncio de início da Oferta. (vi) o conhecimento da renúncia da Sra. Mariana Schilis Viotti ao cargo Diretora sem Designação Específica da Companhia, para o qual foi eleita em 30/06/2021, nos termos da carta de renúncia anexa à presente, conforme Anexo I, outorgando-lhe a mais ampla, plena, rasa, geral, incondicional, irrestrita, irrevogável e irretroativa quitação para nada mais reclamar, receber ou pretender, a qualquer tempo e a qualquer título, em favor de ou dele, com relação a qualquer ato ou fato relacionado com as funções por eles desempenhadas como membro da Diretoria da Companhia; (vii) tendo em vista a reforma do estatuto social da Companhia aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada na presente data, a fixação do número de membros da Diretoria em até 05 membros, mediante a eleição dos seguintes diretores para compor a Diretoria e a fixação de suas respectivas atribuições, todos com mandatos unificados de 2 anos, estendendo-se até a primeira reunião do conselho de administração após a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, podendo ser reeleitos: (a) Gilson Schilis, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.991.758 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 032.761.998-82, para o cargo de Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores e Diretor Financeiro, conforme Termo de Posse constante do Anexo II à presente ata, por meio do qual declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), para a investidura como membro da Diretoria, com efeito imediato; (b) Fernando Pasmanik Schilis, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.211.211-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 353.787.488-01, para o cargo de Diretor Comercial, conforme Termo de Posse constante do Anexo III à presente ata, por meio do qual declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, para a investidura como membro da Diretoria, com efeito imediato; e (c) André Peixoto de Toledo, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.652.333-2 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 262.456.898-05, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia sob o nº 17.943.792/0001-30, para o cargo de Diretor Jurídico, conforme Termo de Posse constante do Anexo IV à presente ata, por meio do qual declara, sob as penas da lei, que cumpre todos os requisitos previstos no Artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações, para a investidura como membro da Diretoria, com efeito imediato. Os membros da Diretoria ora eleitos foram investidos nos seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse constantes dos Anexos II e IV, à presente ata, prevendo sujeição à cláusula compromissória prevista no Estatuto Social, de acordo com o Regulamento do Novo Mercado, e devidamente arquivados na sede da Companhia, observada a prestação das declarações previstas em lei. Em razão das deliberações tomadas acima, a Diretoria da Companhia fica composta pelos seguintes membros: (i) Gilson Schilis, como Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores; (ii) Fernando Pasmanik Schilis, como Diretor Comercial; e (iii) André Peixoto de Toledo, como Diretor Jurídico. (viii) a autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as providências necessárias para a formalização das deliberações aprovadas acima, com a ratificação de todos os atos praticados até o momento pelos membros da Diretoria envolvendo a formalização, aprovação e a concretização das deliberações desta reunião. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos para lavratura da presente ata, assinada por todos os presentes. **Membros do Conselho de Administração:** Alberto Fernandes, Gilson Schilis, Fernando Pasmanik Schilis, Mariana Schilis Viotti, Ivone Pasmanik Schilis, Bernardo Parnes, e Ivan Luiz Murias dos Santos. São Paulo, 30/08/2021. Mesa: Alberto Fernandes – Presidente; Mariana Schilis Viotti – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 464.141/21-7 em 24/09/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Comarca de São Paulo

Foro Central – Fazenda Pública/Acidentes – 11ª Vara de Fazenda Pública

Viaduto Dona Paulina, 80, 9º andar – sala 909, Centro – CEP 01501-020, Fone: 3242-2333 ramal 2035, São Paulo-SP

E-mail: sp11faz@tjsp.jus.br. Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min.

## Edital para Conhecimento de Terceiros Interessados

Desapropriação – Levantamento dos Depósitos Efetuados

Processo: 1011218-14.2021.8.26.0053. Classe: Assunto: Desapropriação – Desapropriação por Utilidade Pública/DL 3.365/1941. Parte Ativa: Concessionária Linha Universidade S.A. Parte Passiva: Espólio de João Castellar Padin e Outros. Edital para conhecimento de terceiros interessados, com prazo de 10 (dez) dias, expedido nos autos do Proc. nº 1011218-14.2021.8.26.0053. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 11ª Vara de Fazenda Pública, do Foro Central – Fazenda Pública/Acidentes, Estado de São Paulo, Dr(a). Tiago Henriques Papatera Limongi, na forma da Lei, etc. **Faz saber** a terceiros interessados na Lide que o(a) Concessionária Linha Universidade S.A. move uma Desapropriação por Utilidade Pública/DL 3.365/1941 contra Espólio de João Castellar Padin, objetivando o imóvel situado na Rua Augusto José Pereira, s/nº, São Paulo-SP, com 225,06m², CEP 02805-130, objeto da transcrição nº 39.525, do 8º Cartório de Registro de Imóveis de São Paulo, declarada de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 65.492, de 28.01.21, necessário para implantação da linha 06 – Laranja do Metrô de São Paulo, sendo ofertado o valor de R\$ 203.328,00 pelo imóvel a título de indenização. Para o levantamento dos depósitos efetuados, foi determinada a expedição de edital com o prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação no Órgão Oficial, nos termos e para os fins do Dec. Lei nº 3.365/41, o qual, por extrato, será afixado e publicado na forma da lei. **Nada mais.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de abril de 2021.

Confira no nosso site as principais notícias do dia:  
www.datamercantil.com.br



# Publicidade Legal

**Fulwood S.A.**  
CNPJ/ME nº 17.943.792/0001-30 – NIRE 35.300.574.036

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de agosto de 2021**

**1. Data, Hora e Local:** Realizada aos 30/08/2021, às 9:00 horas, na sede da Fulwood S.A., localizada em São Paulo-SP, na Rua Funchal, nº 375, conjunto 41, sala 09, Vila Olímpia ("Companhia").

**2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia ("Acionistas"), conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas.

**3. Mesa:** Presidente: Gilson Schilis; Secretária: Mariana Schilis Viotti.

**4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a determinação de limite do capital autorizado da Companhia; (ii) a realização de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Ações" e "Oferta", respectivamente); (iii) a submissão de pedido de registro de emissora de valores mobiliários, categoria "A", perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 07/12/2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"); (iv) submissão, pela Companhia, (a) de pedido de listagem na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), e (b) de pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3 e adesão da Companhia ao segmento especial de governança corporativa da B3 denominado Novo Mercado ("Novo Mercado"); (v) a celebração, pela Companhia, do Contrato de Participação do Novo Mercado com a B3; (vi) a reforma integral e consolidação do estatuto social da Companhia ("Estatuto Social"), a fim de, dentre outras alterações, adaptá-lo às exigências legais e regulamentares de companhia aberta e ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado ("Regulamento do Novo Mercado"); (vii) a criação do Conselho de Administração da Companhia; (viii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, inclusive, os membros independentes nos termos do Regulamento do Novo Mercado; (ix) a fixação da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2021; (x) a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, mas não se limitando, poderes para (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; (c) aprovar os prospectos preliminar e definitivo de oferta pública de distribuição primária de ações da Companhia ("Prospectos") e os *offering memoranda* preliminar e definitivo para os esforços de colocação das Ações no exterior, no contexto da Oferta ("Offering Memoranda"); (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (e) definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da tranche primária da Oferta; (xi) a autorização para que o Conselho de Administração e a diretoria da Companhia ("Diretoria"), conforme o caso, pratiquem todos os atos necessários para a implementação das deliberações acima; e (xii) a lavratura da ata na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

**5. Deliberações:** Dispensada à leitura da Ordem do Dia, a presente ata foi lavrada sob a forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, e após exame e discussão das matérias constantes da Ordem do Dia, os Acionistas deliberaram por unanimidade, sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) a fixação do limite do capital autorizado da Companhia, respeitado o qual a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente de deliberação em assembleia geral e de reforma estatutária, até que este atinja o limite de R\$ 1.200.000.000,00, mediante a emissão de novas ações ordinárias e deliberação do Conselho de Administração, que fixará, em cada caso, a quantidade de ações a serem emitidas, o local da distribuição, a forma da distribuição, o preço de emissão e as condições de subscrição e integralização. Observado o limite de aumento de capital autorizado, os acionistas da Companhia não terão direito de preferência em eventuais emissões de ações, debêntures conversíveis em ações, ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, ou permuta de ações em oferta pública de aquisição de controle. A Companhia pode, dentro do limite de capital autorizado, outorgar opção de compra ou subscrição de ações em favor de (i) administradores e empregados da Companhia ou de sociedades sob seu controle; ou (ii) pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle, conforme vier a ser deliberado pelo Conselho de Administração, observado o plano aprovado pela assembleia geral, as disposições estatutárias e as normas legais aplicáveis, não se aplicando também, nesta hipótese, o direito de preferência dos acionistas. (ii) aprovar a realização

da Oferta, no Brasil, em mercado de balcão não organizado, sob a coordenação do Banco BTG Pactual S.A., do Banco Bradesco BBI S.A. e do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenadores da Oferta"), com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sendo observado o disposto na Instrução da CVM nº 400, de 29/12/2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), com o Ofício-Circular 01/2021/CVM/SRE, de 01/03/2021 ("Ofício-Circular CVM/SRE") e as demais disposições legais aplicáveis, com esforços de colocação das Ações no exterior, conforme definido na Regra 144A, editada pela U.S. Securities and Exchange Commission dos Estados Unidos da América (SEC), em operações isentas de registro, previstas no U.S. Securities Act de 1933 e outros regulamentos aplicáveis, e nos demais países, que não os Estados Unidos da América e o Brasil, para investidores que sejam considerados não residentes ou domiciliados nos Estados Unidos da América ou não constituídos de acordo com as leis desse país (*non-US persons*), de acordo com o Regulamento S. Nos termos do artigo 14, § 2º, da Instrução CVM 400, até a data da divulgação do "Anúncio de Início da Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão da Fulwood S.A.", a quantidade inicial de ações poderá, a critério da Companhia e/ou dos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Preliminar), em comum acordo com os Coordenadores da Oferta, ser acrescida em até 20%, nas mesmas condições e no mesmo preço das Ações inicialmente ofertadas (sem considerar as Ações Suplementares, conforme abaixo definido), com a finalidade de atender a um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta ("Ações Adicionais"). Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade inicial de ações poderá ser acrescida de um lote suplementar em percentual equivalente a até 15%, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das Ações da Oferta Base ("Ações Suplementares"), conforme opção que poderá ser outorgada pela Companhia e/ou pelos Acionistas Vendedores (conforme definido no Prospecto Preliminar), as quais serão destinadas à estabilização de preço das Ações. Serão definidos oportunamente a quantidade de ações a serem colocadas no contexto da Oferta e o preço de venda das Ações, conforme venha a ser acordado na data de precificação da Oferta, após a apuração do resultado do procedimento de coleta de intenções de investimento a ser realizado junto a investidores institucionais no Brasil, em consonância com o disposto no artigo 170, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, e em conformidade com o artigo 44 da Instrução CVM 400 (Procedimento de *Bookbuilding*). Com exceção das Ações Suplementares, as Ações serão objeto de garantia firme de liquidação por parte dos Coordenadores da Oferta. Nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, não será observado o direito de preferência dos acionistas da Companhia no aumento de capital decorrente da Oferta. (iii) a submissão pela Companhia do pedido de registro de companhia aberta na categoria "A" perante a CVM, nos termos da Instrução CVM 480. (iv) a submissão à B3 (a) do pedido de adesão da Companhia ao Novo Mercado; e (b) do pedido de admissão à negociação das ações da Companhia na B3, bem como a celebração com a B3 do Contrato de Participação do Novo Mercado, ficando a Diretoria da Companhia autorizada a tomar todas as medidas necessárias junto à B3 com vistas à formalização da adesão ao Novo Mercado. (v) a celebração, pela Companhia, do Contrato de Participação do Novo Mercado com a B3. (vi) a reforma integral e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em decorrência das deliberações constantes da presente ata e para (a) criar o Conselho de Administração (b) criar o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e estabelecer suas respectivas atribuições; (c) adaptá-lo às cláusulas mínimas exigidas pelo Regulamento do Novo Mercado, dentre outras alterações, sendo certo que o Estatuto Social passa a vigorar com a redação constante do Anexo I da presente ata. Caso não haja liquidação da Oferta, os Acionistas se comprometem a reformar o Estatuto Social, de forma que este documento volte a ter a redação vigente antes das alterações aprovadas neste ato. (vii) aprovar a criação de um Conselho de Administração da Companhia, o qual, conforme reforma do estatuto social ora aprovada, passa a ser composto por, no mínimo, 05 e, no máximo, 07 membros efetivos, e por até 07 membros suplentes, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. O Conselho de Administração terá as atribuições definidas na Lei das Sociedades por Ações, bem como qualquer outra atribuição adicional estabelecida no Estatuto Social da Companhia, conforme nova redação consolidada constante do Anexo I da presente ata. (viii) a eleição dos seguintes membros para o Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição, encerrando-se na assembleia geral ordinária de 2023 que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social a se encerrar em 31/12/2022: (a) **Alberto Fer-**

**nandes**, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.030.798 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 053.207.088-74, na qualidade de Presidente Independente do Conselho de Administração, na forma do termo de posse do Anexo II à presente Ata; (b) **Gilson Schilis**, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.991.758 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 032.761.998-82, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração, na forma do termo de posse do Anexo III à presente Ata; (c) **Fernando Pasmanik Schilis**, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.211.211-9 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 353.787.488-01, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração, na forma do termo de posse do Anexo IV à presente Ata; (d) **Mariana Schilis Viotti**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 34.210.210-2 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 352.919.328-30, na qualidade de Vice-Presidente do Conselho de Administração, na forma do termo de posse do Anexo V à presente Ata; (e) **Ivone Pasmanik Schilis**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 7.261.494 SSP/SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 022.209.258-03, na qualidade de membro efetivo do Conselho de Administração, na forma do termo de posse do Anexo VI à presente Ata; (f) **Bernardo Parnes**, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.331.247-X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 006.102.448-17, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração, na forma do termo de posse do Anexo VII à presente Ata; e (g) **Ivan Luiz Murias dos Santos**, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.477.476-3 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 255.329.928-19, na qualidade de membro independente do Conselho de Administração, na forma do termo de posse do Anexo VIII à presente Ata. Os acionistas aprovaram, ainda, caracterização do Sr. **Alberto Fernandes**, do Sr. **Ivan Luiz Murias dos Santos** e do Sr. **Bernardo Parnes**, ora eleitos, como conselheiros independentes, nos termos do regulamento do Novo Mercado, tendo em vista que, após a análise de seus currículos e histórico profissional, restou verificado o enquadramento de ambos aos critérios de independência estabelecidos no regulamento do Novo Mercado e tal caracterização foi atestada por eles mediante declarações previamente encaminhadas, conforme Anexos IX, X e XI respectivamente, à presente ata. Os Conselheiros ora eleitos foram investidos nos seus respectivos cargos mediante assinatura dos termos de posse constantes dos Anexos II, III, IV, V, VI, VII e VIII à presente ata e devidamente arquivados na sede da Companhia, observada a prestação das declarações previstas em lei. Em razão da deliberação tomada no item (vii) acima, o Conselho de Administração da Companhia fica composto pelos seguintes membros: (a) **Presidente Independente: Alberto Fernandes**; (b) **Membro Efetivo: Gilson Schilis**; (c) **Membro Efetivo: Fernando Pasmanik Schilis**; (d) **Vice-Presidente: Mariana Schilis Viotti**; (e) **Membro Efetivo: Ivone Pasmanik Schilis**; (f) **Membro Independente: Bernardo Parnes**; (g) **Membro Independente: Ivan Luiz Murias dos Santos**. Assim, todos os membros do Conselho de Administração da Companhia possuirão mandato unificado de 2 anos, estendendo-se até a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, permitida a reeleição. (ix) aprovar a remuneração anual global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2021 fixada até o limite máximo de R\$ 1.300.000,00, sem encargos. (x) aprovar, desde que observadas as diretrizes do item (ii) acima, a autorização para que o Conselho de Administração da Companhia aprove todos os termos e condições da Oferta, incluindo, sem limitação: (a) deliberar sobre o aumento de capital social, dentro do capital autorizado, a ser realizado no contexto da Oferta; (b) fixar o preço de emissão das Ações; (c) aprovar os Prospectos e os *Offering Memoranda*; (d) celebrar todos os contratos e atos relacionados à Oferta; e (e) definir a destinação dos recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da tranche primária da Oferta; (xi) autorizar o Conselho de Administração e a Diretoria, conforme o caso, a praticarem todos os atos necessários para a implementação e formalização das deliberações constantes desta ata; e (xii) a lavratura da presente ata na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme faculta o artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspende a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. **Acionistas Presentes:** Gilson Schilis, Ivone Pasmanik Schilis, Mariana Schilis Viotti e Fernando Pasmanik Schilis. São Paulo, 30/08/2021. **Mesa:** **Gilson Schilis** – Presidente; **Mariana Schilis Viotti** – Secretária. JUCESP – Registrado sob o nº 464.140/21-3 em 24/09/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

## Latina Participações Empresariais S/A.

CNPJ/MF nº 08.594.879/0001-59

**Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em mil reais)**

Balanco Patrimonial				Demonstração do Fluxo de Caixa	
	2020	2019	2020	2019	
<b>Ativo</b>			<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>	762	954	<b>Circulante</b>	1	56
Disponibilidades	762	954	Impostos a recolher	1	56
<b>Ativo realizável a curto prazo</b>	75	67	<b>Passivo não circulante</b>	4.195	3.510
Adiantamentos	–	21	Contas a pagar – Participação Societária	30	30
Impostos a recuperar	75	46	Outras obrigações	4.165	3.480
<b>Não circulante</b>	59.597	56.660	<b>Patrimônio líquido</b>	56.238	54.115
<b>Direitos a realizáveis a longo prazo</b>	3.417	2.742	Capital social	8.515	8.515
Adiantamentos	3.417	2.742	Reserva legal	450	450
<b>Investimentos</b>	56.180	53.918	Lucros acumulados	43.327	7.643
Pioneer Empreendimentos Comerciais Ltda.	37.856	38.443	Resultado do período	2.880	36.441
Agropecuária Princesa D'Oeste Ltda.	18.324	15.475	Ajuste exercícios Anteriores	1.066	1.066
<b>Total do Ativo</b>	60.434	57.681	<b>Total do Passivo</b>	60.434	57.681
<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido</b>	<b>Demonstração de Resultado</b>				
	Lucros ou Prejuízos			2020	2019
	Capital Social	Reserva Legal	Acumulados	Total	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	8.515	450	9.495	18.460	
Resultado do Exercício	–	–	36.441	36.441	
Dividendos	–	–	(787)	(787)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	8.515	450	45.149	54.114	
Resultado do Exercício	–	–	2.880	2.880	
Dividendos	–	–	(757)	(757)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	8.515	450	47.272	56.237	
<b>Antonieta dos Passos Serpa</b> – Diretora Vice-Presidente					
<b>Alexandre Eugenio Serpa</b> – Acionista					
<b>Andrea Serpa</b> – Acionista					
<b>Ricardo José Serpa</b> – Acionista					
<b>Rosemary Serpa Fortuna</b> – Acionista					
<b>Alvaro Augusto do Prado Carvalho</b> – Contador CRC 1SP 285.956/O-6					
			<b>Despesas Operacionais</b>	(7)	(29)
			Despesas Administrativas	(6)	(28)
			Despesas Financeira	(1)	(1)
			Despesas Tributárias	–	–
			<b>Resultado Operacional</b>	(7)	(29)
			<b>Outras Receitas e Despesas Operacionais</b>	2.900	36.549
			Equivalência Patrimonial	2.846	36.271
			Receita Financeira	54	109
			Ganho de Capital	–	169
			<b>Lucro do Exercício antes dos Impostos</b>	2.893	36.520
			IRPJ/CSLL	(13)	(79)
			<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	2.880	36.441
			Quantidade de Ações ao Final do Período	8.515	8.515
			<b>Lucro Líquido por Ação</b>	0,34	4,28
			<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	2.880	36.441
			Lucro Líquido do exercício	2.880	36.441
			Ajuste de Exercícios Anteriores	–	–
			<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	2.880	36.441
			Fluxos de caixa das atividades de investimentos	–	–
			Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	–	–
			<b>Total caixa líquido gerado pelas atividades operacionais, de investimentos e de financiamentos</b>	(192)	(2.418)
			<b>Demonstração da variação das disponibilidades</b>	954	3.372
			No início do exercício	762	954
			No fim do exercício	(192)	(2.418)
			<b>Aumento das disponibilidades</b>	762	954
			<b>Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	2020	2019
			Saldo do início do período	13.345	9.495
			Lucro líquido do período	–	36.441
			Saldo anterior prejuízos acumulados	(1.235)	–
			Prejuízo líquido do período	(234)	–
			<b>Total</b>	11.876	45.936
			<b>Destinações: Dividendos</b>	(373)	(787)
			<b>Total</b>	(373)	(787)
			<b>Lucros ou prejuízos acumulados</b>	11.503	45.149



## Stan Alto de Pinheiros Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.

CNPJ/MF nº 15.038.558/0001-33 – NIRE 35.226.175.218

**Ata de Reunião de Sócios realizada em 27 de setembro de 2021**

**Data, Hora e Local:** 27/09/2021, às 10h00, na sede da Sociedade, na Avenida das Nações Unidas, nº 11.541, Cobertura, sala 18, São Paulo-SP. **Mesa:** Presidente, Stefan Neuding Neto; Secretário, André Neuding Filho. **Publicações:** Dispensadas as publicações, tendo em vista a presença da totalidade dos sócios. **Deliberações da Ordem do Dia, aprovadas por unanimidade de votos:** (i) aprovada a redução do capital social da Sociedade, atualmente, de R\$ 10.000.000,00, totalmente subscrita e integralizado em moeda corrente nacional, para R\$ 2.906.000,00 da seguinte forma: (i.a) aprovar a redução do capital social da Sociedade em 416.900 quotas, que totalizam o valor de R\$ 416.900,00 *para fins de compensação com prejuízo acumulado*, e, (i.b) aprovar a redução em 6.677.000 quotas, que totalizam o valor de R\$ 6.677.000,00 por este capital social ter se tornado excessivo em relação ao objeto da Sociedade. A redução em relação à cada sócio é realizada na exata proporção da participação de cada um no Capital Social da Sociedade. (ii) Os sócios aprovam a alteração da Cláusula 5ª do Contrato Social que passa a vigorar com a seguinte redação: "Cláusula 5ª. O capital social é de R\$ 2.906.000,00, dividido em 2.906.000 de quotas, no valor nominal de R\$1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, distribuídas entre os sócios da seguinte forma: **Sócio: Stan Empreendimentos e Participações Ltda.**, %: 5; **Quotas:** 145.305; **Valor:** R\$ 145.305,00. **Sócio: Frec Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, %: 30; **Quotas:** 871.830; **Valor:** R\$ 871.830,00. **Sócio: Ermenouville Participações Ltda.**, %: 40; **Quotas:** 1.162.440; **Valor:** R\$ 1.162.440,00. **Sócio: Construtora R.Yazbek Ltda.**, %: 25; **Quotas:** 726.525; **Valor:** R\$ 726.525,00. **% Total:** 100; **Total Quotas:** 2.906.100; **Valor Total:** R\$ 2.906.100,00. § 1º. Nos termos dispostos na legislação em vigor, fica expressamente consignado que a responsabilidade de cada sócia é restrita ao valor de suas quotas, mas todas respondem solidariamente pela integralização do capital social (art. 1.052, CC/2002). § 2º. As quotas são indivisíveis em relação à sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais. § 3º. As sócias têm preferência para subscrição das quotas decorrentes de aumento do capital social, na proporção das quotas já possuídas anteriormente, sendo assegurado o exercício deste direito na data da aprovação do aumento de capital ou até 30 dias após a deliberação do aumento. § 4º. No prazo acima estipulado, caso uma das sócias deixe de exercer este seu direito de subscrição, tal direito ficará automaticamente transferido às demais sócias, na proporção da sua participação no capital. § 5º. É vedado aos sócios caucionar ou, de qualquer forma, penhorar ou onerar suas quotas de capital, no todo ou em parte, salvo em favor de outro sócio. § 6º. As quotas ou o direito de subscrição de novas quotas não poderão ser cedidos, transferidos ou alienados a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, sem o consentimento das demais sócias, respeitado o direito de preferência previsto no Capítulo V deste contrato". (iii) por fim, fica autorizada a administração da Sociedade a efetuar todos os atos para a eficácia das deliberações ora aprovadas, inclusive as publicações legais exigidas para efetivação da redução de capital ora aprovada. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, sendo lavrada a presente ata. São Paulo, 27/09/2021. **Assinaturas: Mesa:** Stefan Neuding Neto, Presidente; André Neuding Filho, Secretário. **Sócios:** Stan Empreendimentos e Participações Ltda., p. André Victor Neuding; Frec Empreendimentos Imobiliários Ltda., p. Renata Lane de Souza Ramos; Ermenouville Participações Ltda., p. Luciana Cavalheiro Fleischner Alves de Queiroz; Ermenouville Participações Ltda., p. Mariana Cavalheiro Alves de Queiroz; Construtora R. Yazbek Ltda., p. Rita de Cassia Yazbek, p. Ricardo Yazbek.

# Petróleo fecha em queda, pressionado por dólar forte e aumento de estoques

O petróleo fechou em baixa nesta quarta-feira, após um pregão volátil, pressionado pela valorização do dólar e um aumento dos estoques da commodity energética nos Estados Unidos. Também houve uma continuidade da realização de lucros vista na terça, após cinco sessões consecutivas de ganhos.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o WTI para novembro caiu 0,61% (+US\$ 0,46), a US\$ 74,83 o barril, enquanto o Brent para dezembro recuou 0,33%

(+US\$ 0,26), a US\$ 78,09 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

Os contratos futuros do petróleo ampliaram a queda quando o Departamento de Energia dos EUA (DoE, na sigla em inglês) informou que houve uma alta semanal de 4,578 milhões de barris nos estoques da commodity armazenados no país. O WTI e o Brent voltaram a subir depois disso, mas novamente viraram para o negativo.

“Os preços do petróleo continuaram caindo depois de registrar uma nova alta

ao maior nível em três anos, acima de US\$ 80 o barril ontem”, comenta o analista-chefe de mercados da CMC, Michael Hewson. “Um aumento surpresa nos últimos números de estoques também ajudou a atrapalhar os preços, enquanto o dólar continua a ganhar força.”

Para o analista de mercado Edward Moya, da Oanda, a tendência de alta do petróleo não deve ter uma pausa prolongada. Um dos motivos, segundo o profissional, é a crise energética global.

IstoDinheiro

## Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa



## Negócios

### Apresentações de carros elétricos no Brasil tornam-se palco para falar de etanol tipo exportação



As montadoras têm se apressado em mostrar o potencial de seus carros elétricos, mas, a cada evento no Brasil, torna-se notório que essa tecnologia será apenas complementar pelo menos até o fim da década.

Sempre que se fala no assunto, o velho conhecido etanol é mencionado como a alternativa viável.

Foi assim nesta terça-feira (28), quando Peugeot e Volkswagen apresentaram veículos elétricos prontos para rodar no Brasil. A nova realidade ainda é para poucos, e o país não vai acompanhar o ritmo da Europa e de parte dos Estados Unidos quando o assunto é eletrifica-

ção. Na visão das fabricantes, o caminho é outro.

“Aqui temos um grande recurso que é o etanol, e estamos também, como o resto do mundo, dando passos rumo à eletrificação”, disse Antonio Filosa, presidente do grupo Stellantis (que reúne marcas como Fiat, Jeep, Peugeot e Citroën) na América do Sul, durante o lançamento do compacto elétrico Peugeot e-208 GT.

O modelo custa R\$ 245 mil, valor suficiente para comprar três unidades da versão Like 1.6 flex do mesmo carro (R\$ 81 mil). É caro, mas está na mesma faixa de seus concorrentes diretos oferecidos no Brasil.

O preço dos carros que trocam o tanque por bate-

rias também é um problema em nações que já estão mais avançadas no segmento, mas as questões no mercado nacional e em países da América do Sul, África e Ásia vão além disso.

Há problemas crônicos de fornecimento de energia e poucos pontos de recarga, além de não se falar em investimentos das matrizes para a produção local de carros que não queimam combustível. Entretanto, é aí que o atraso vira oportunidade de negócio.

Pablo Di Si, presidente da Volkswagen América do Sul, vê que a tecnologia flex pode virar “uma jabuticaba tipo exportação” e cita a Índia como exemplo de um futuro mercado.

Eduardo Sodré/Folhapress

### Enphase chega ao Brasil para disputar mercado de inversores solares com chineses



A fornecedora de equipamentos para geração solar Enphase Energy desembarcou no Brasil e planeja iniciar a comercialização de seus microinversores para residências e comércios de pequeno porte a partir de outubro, ganhando espaço em um mercado amplamente dominado por chineses.

Fundada em 2006, no Vale do Silício (EUA), a companhia é líder no mercado norte-americano, com 55% de participação. Também tem importante atuação em outras regiões da Europa e Austrália.

No Brasil, escolhido como porta de entrada para o mercado sul-americano, a Enphase tem como meta abocanhar uma fatia de 25% de

### Embraer prevê demanda de 1,5 mil jatos médios na China até 2040

A Embraer apresentou estudo prevendo demanda de quase 1,5 mil jatos de até 150 assentos nos próximos anos na China, que se tornará o maior mercado de aviação do mundo.

O relatório, apresentado durante o Zhuhai Airshow, exposição de aviação aeroespacial da China, prevê que 77% desse total será para atender à expansão do mercado, enquanto 23% vão substituir jatos atuais até 2040.

A China anunciou recentemente medidas de infraestrutura que incluem cerca de 200 novos aeroportos, o que, segundo a Embraer, vai impulsionar a demanda por jatos de médio porte.

“Acreditamos que, nos

próximos 20 anos, aeronaves com até 150 assentos irão liberar todo o seu potencial”, disse Guo Qing, vice-presidente de Aviação Comercial da Embraer China.

Atualmente, a Embraer tem 91 E-Jets na China operando 550 rotas e transportando cerca de 20 milhões de pessoas por ano.

“A receita medida em número de passageiros por quilômetros na aviação civil chinesa deve crescer a uma taxa média de 4,7% ao longo da próxima década. Acreditamos que futuramente o mercado chinês de aviação será o maior do mundo”, afirmou Arjan Meijer, presidente-executivo da Embraer Aviação Comercial.

Biznews



participação em até três anos, contribuindo com o avanço da geração distribuída, afirmou à Reuters o vice-presidente de expansão de mercado da empresa, Marco Krapels.

“O Brasil é o país que tem o mercado de geração solar em residências que mais cresce no mundo”, disse Krapels, apontando ainda que o país tem uma série de desafios a enfrentar no campo da geração e que a Enphase quer trabalhar para contribuir com soluções.

“Não apenas queremos estar no Brasil, como sabemos que nós precisamos estar no Brasil”, frisou o executivo.

O início da comercialização dos produtos da Enphase Energy, que já tem um escritório em Brasília e cerca de

10 funcionários, vai se dar por meio de parceria com a companhia integradora Solstar, que oferece soluções completas para a análise de viabilidade e design do projeto, instalações, monitoramento, assistência.

Mas novas parcerias serão buscadas para uma maior expansão da companhia, segundo Krapels, que tem passagem como VP da Tesla e se coloca como um entusiasta do mercado brasileiro, onde já morou por quatro anos e para onde vem pelo menos uma vez ao mês para desenvolver o negócio.

O executivo afirmou que não poderia revelar números do acordo com Solstar ou de expectativas de vendas, por serem estratégicos.

Biznews